

Panorama da violência policial em Buenos Aires

País não dispõe de dados oficiais sobre mortes decorrentes de intervenção policial, mas levantamento independente indica que 75% das mortes provocadas ocorrem fora do horário de serviço e com armas de fogo

Manuel Tufro, Victoria Darraidou e Juliana Miranda
4 de novembro de 2020

FRAMEPHOTO/FOLHAPRESS



Área metropolitana de Buenos Aires apresenta taxas de violência policial mais baixas em relação a outras grandes cidades latino-americanas

A Argentina, assim como outros tantos países, carece de registros públicos oficiais e rigorosos que permitam monitorar o trabalho policial. Mesmo perguntas básicas como “quantas pessoas morreram em intervenções policiais no último ano?” não conseguem ser respondidas pelas fontes oficiais do Estado. Quando o assunto é letalidade policial, estamos ainda mais longe de obter tais informações. Em nível federal, estes dados são produzidos de forma fragmentada e descontínua e, em muitas cidades, incluindo Buenos Aires, não chegam nem a ser elaborados. Isto diz muito sobre o lugar que a violência policial ocupa entre as prioridades dos governantes no país.

Diante desse cenário, o Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS) elabora desde 1996 dados quantitativos sobre mortes produzidas por agentes de segurança. Esta base de dados inclui casos publicados na imprensa – especialmente nacionais e, em

menor medida, locais – e complementa estas fontes com dados secundários de queixas recebidas pelo CELS e processos judiciais, entre outros. O CELS divulga estes dados em um site, o [Violência Policial](#), com o objetivo de fornecer informações qualitativas e quantitativas confiáveis que possam impulsionar agendas políticas para reduzir a violência estatal, a partir da perspectiva dos direitos humanos.

Da mesma forma que a taxa de homicídios da Argentina não está entre as mais altas da região (5,1 a cada 100 mil habitantes), segundo nossos dados, a área metropolitana de Buenos Aires também apresenta taxas de violência policial mais baixas em relação a outras grandes cidades latino-americanas. Ao mesmo tempo, no entanto, trata-se de um núcleo duro de mortes, entre 100 e 200 por ano, que persiste e não apresenta diminuição nos últimos 15 anos.

Os dados permitem vislumbrar algumas regularidades dentro deste universo de mortes, que ressaltam os principais problemas do controle das forças de segurança do país. Em momentos de crise socioeconômica e de altos níveis de conflituosidade social (como no período de 1999-2002), estes números praticamente duplicam, o que mostra o impacto da ação policial sobre o acúmulo social da violência.

Segundo a série histórica de nossa base de dados, pelo menos metade das mortes de civis ocorreram devido a intervenções de policiais que se encontravam fora do horário de serviço. Nos anos mais recentes, essa proporção cresceu até alcançar a média de 75% dos casos. Este é um dos núcleos da violência policial letal na Argentina: os funcionários costumam carregar as armas fornecidas pela instituição fora do ambiente de trabalho e estão legalmente autorizados a fazer isso.

Isto faz com que os padrões de violência sejam levados para dentro das casas e bairros dos policiais, colocando em risco suas próprias vidas. Não à toa, embora sete de cada dez vítimas registradas na base de dados sejam jovens de 15 a 27 anos, cerca de 40% dos casos de mulheres mortas por policiais configuram feminicídios cometidos por seus companheiros ou ex-companheiros policiais. Muitas destas mulheres também eram policiais e, em alguns casos, o feminicídio foi cometido com a sua própria arma.

Ao mesmo tempo, esse problema se relaciona com as ideias arraigadas nas instituições de segurança sobre a arma de fogo como principal instrumento de intervenção em situações de conflito, e suas consequentes deficiências na formação policial. Como resultado do uso generalizado da arma, se produzem mortes em cenários de pouca periculosidade, como em fiscalizações de veículos ou operações para investigar crimes de menor potencial ofensivo.

Assim como em outras partes do mundo, muitas destas mortes ocorrem em áreas urbanas mais pobres, que são também as de maior densidade populacional. Nos anos mais recentes, as mortes de civis e de policiais têm se concentrado cada vez mais nos distritos da Grande Buenos Aires, em contraposição à capital, onde as pessoas dispõem de mais recursos econômicos. Atualmente, nove de cada dez casos ocorrem em diferentes áreas do cone urbano periférico.

As tendências mostram que os dados construídos pelo CELS se mantiveram durante o período do isolamento social, tanto o preventivo como o obrigatório. A projeção é que em 2020 não se verá uma redução da quantidade de pessoas mortas em ações policiais, mesmo havendo uma menor circulação de pessoas. Tudo indica que, na medida em que não se implementam reformas estruturais, estes padrões continuarão vigentes.

Ao mesmo tempo, em muitos lugares do país ocorreram casos de extrema violência que são responsáveis por mudanças qualitativas muito regressivas. Nos últimos meses, ocorreram eventos muito graves, como o assassinato de Luis Espinosa na província de Tucumán pela polícia local, que posteriormente encobriu o crime e tentou fazer desaparecer seu corpo jogando-o em um barranco. Ou as mortes dos jovens Lucas Verón em Buenos Aires e de Blas Correa na província de Córdoba, como resultado de uma perseguição de carro. Estes eventos são um verdadeiro chamado de atenção, explicitando a urgência de reformas policiais profundas que incluem, entre muitos outros aspectos, a produção de informações oficiais sobre a violência pelas forças de segurança.

Manuel Tufro

Diretor da Área de Justiça e Seguridad do CELS (Centro de Estudos Legais e Sociais)

Victoria Darraidou

Coordenadora da Equipe de Seguridad e Violência Institucional do CELS (Centro de Estudos Legais e Sociais)

Juliana Miranda

Investigadora da Equipe de Seguridad e Violência Institucional do Centro de Estudos Legais e Sociais (CELS)

